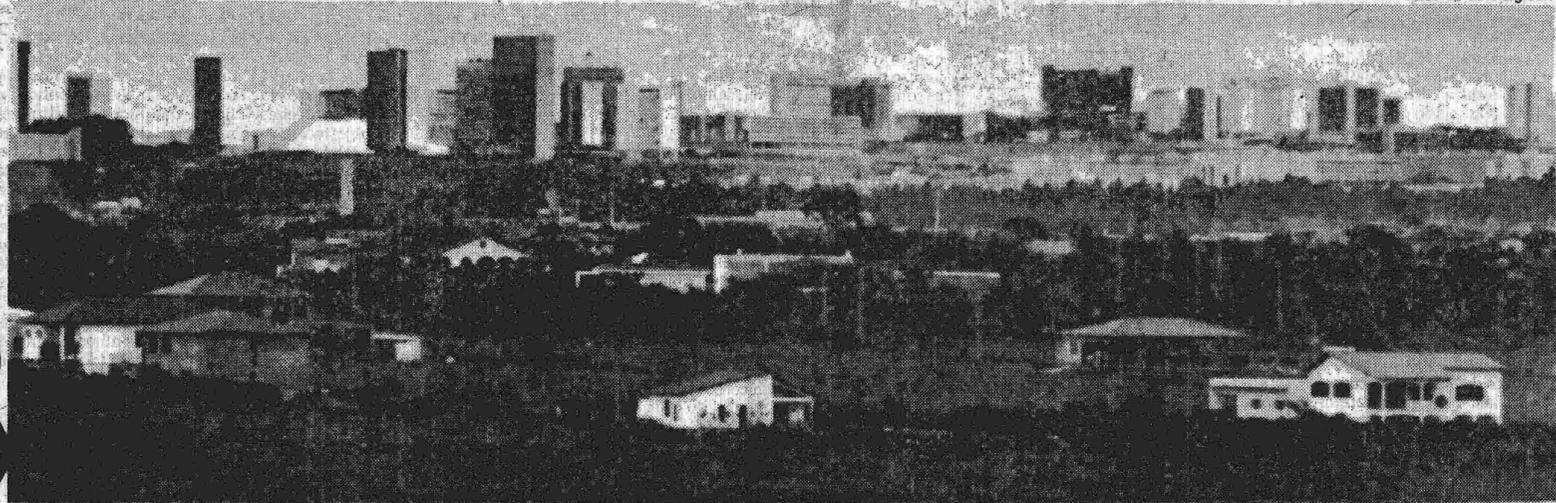


PENÍNSULA NORTE

Fotos de A. Dergivan

Brasil



Nos 20 quilômetros quadrados da Península Norte o preço dos terrenos quintuplicou nos últimos dois anos. A comunidade, organizada e mobilizada, reúne 15 mil moradores

caderno
B

A REVOLUCIONÁRIA (E CONTROVERTIDA) EXPERIÊNCIA DE UM CONDOMÍNIO QUE TEM ATÉ IMPRENSA E PREFEITURA

DF-Brasília
011
Reportagem 0126



Na escola pública da Península Norte há salas freqüentadas exclusivamente por crianças que têm condições de apresentar melhor rendimento escolar



As crianças mais carentes conseguiram matricular-se na escola, mas houve uma tentativa de impedir a freqüência dos filhos de favelados e empregados domésticos

Jovó Franklin

BRASÍLIA — Uma ponta de terra em formato de bota, com 20 quilômetros quadrados, entre as residências presidenciais do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto, é hoje a área de mais rápida valorização imobiliária de Brasília. Seus lotes individuais, medindo em média 800 metros quadrados, quintuplicaram de preço nos últimos dois anos. Menos por sua localização geográfica especial do que pelos resultados obtidos em benefício da Península pela mobilização organizada de sua comunidade de 15 mil moradores.

Ah, no lado Norte do lago Paranoá, está em gestação o que poderá vir a ser o maior condomínio fechado do país. Tem até uma forma particular de governo — uma prefeitura sem qualquer vínculo com órgãos oficiais, que vem funcionando há 30 meses mantida exclusivamente por contribuições financeiras dos moradores.

A prefeita Sílvia Seabra, mãe de três filhos adolescentes, administradora de empresas que já viveu 20 anos nos Estados Unidos, foi eleita em pleito direto, com voto secreto coibido em cada casa das 32 quadras do lago Norte. Ela é a líder fundadora desse sistema de governo iniciado em 1979 com o nome de Movimento Propulsor da Península Norte, logo depois transformado em prefeitura civil, sob a palavra de ordem "nós existimos", em protesto contra o abandono crônico a que vinha sendo relegada a península.

Uma vez por semana, o conselho comunitário, formado de representantes das quadras e conjuntos (ruas) se reúne para deliberar sobre questões de interesse geral: iluminação, segurança, transporte e até mesmo a edição do jornalzinho A Península, de periodicidade incerta e que só admite publicidade de comerciantes e profissionais liberais do bairro. A assembleia semanal é na prática um meio secundário de tomada de decisões. Estas se desenvolvem num processo bem mais dinâmico, por consultas telefônicas. Da prefeita para os representantes de quadras e destes para os delegados de conjuntos (ruas).

Com esse poder de mobilização, a organização comunitária — a mais eficiente do Distrito Federal — exerce uma agressiva pressão sobre o Poder Público, principalmente Congresso Nacional e Governo do Distrito Federal.

— Somos hoje o lobby mais organizado e respeitado da Capital da República — admite orgulhosa a prefeita. E ela não exagera.

A primeira grande vitória do movimento aconteceu

no início de 1981, quando foram postos em ação vários instrumentos de luta: elaboração de carta de princípios, publicação de matérias em jornais, discussão de arquitetos moradores do bairro com técnicos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, sem falar em edição especial de A Península. O resultado é que, rompendo uma sólida tradição, o Governo do Distrito Federal aceitou discutir com a comunidade e depois alterar fundamentalmente o plano urbanístico traçado para o lago Norte.

A luta se desenvolveu sob a bandeira de defesa do bucólico. Os moradores argumentavam que eles foram para a Península por uma opção de vida, atraídos pelo espírito de roça caracterizado pela existência ainda de rovoadas de papagaios e de garças naquela área. E o que o jornalzinho define como "maior integração da dimensão humana com a natureza". Em termos mais corriqueiros conseguiram que o Governo do Distrito Federal não permitisse a instalação de farmácia, bar, mercearia ou até mesmo de padaria nas proximidades de suas casas e mansões.

Ainda bem não tinham acabado de comemorar a primeira vitória surgiu em tramitação no Congresso Nacional um projeto do Deputado paulista Pacheco Chaves, dispondo sobre desafetação (alienação) de áreas públicas no Distrito Federal. Aos instrumentos de luta já

testados na campanha foram acrescentados novos meios de ação: envolvimento do Instituto de Arquitetos do Brasil, consulta e parecer de Lúcio Costa — autor do plano urbanístico de Brasília — e vigília permanente no plenário e nos corredores da Câmara dos Deputados, sem falar em visitas a parlamentares enquanto esteve em tramitação o anteprojeto que acabou não sendo aprovado.

O anteprojeto previa dar ao Governo do Distrito Federal o poder de utilizar as áreas verdes contíguas aos lotes residenciais em equipamentos urbanos de utilidade pública. Uma ameaça considerada tão perigosa pelos habitantes do lago Norte como a primeira, contra a privacidade das residências ocupadas em sua maioria por famílias de professores universitários, jornalistas, profissionais liberais, funcionários públicos graduados e pequenos empresários de recente sucesso.

Em contrapartida às conquistas obtidas, o movimento vem ganhando também fama de elitista, até mesmo entre os próprios moradores da Península que não vêm com bons olhos a segregação do bairro. Entre estes, está o jornalista Aluisio Santos, morador da QI-13, que se diz "preocupado com a falta de perspectiva comunitária em algumas reivindicações extremamente individualistas apresentadas em nome da comunidade".

Entre essas proposições controvertidas, está um conjunto de medidas de segurança apresentado no fim do ano passado, no qual se incluía o cadastramento especial das domésticas e dos operários que trabalham na Península, além da derrubada de qualquer barraco que não esteja diretamente ligado a uma construção autorizada.

Paulo Sotero, advogado, redator da carta de princípios da Península Norte, nega entretanto que essas reivindicações que chegaram a ser publicadas por um jornal local representem uma posição oficial da comunidade. Explica ele que "falta à prefeitura qualquer poder de polícia para colocá-las em execução".

Jaime Sautchuck, jornalista, morador da QI-11, apresenta discordância com argumentos diversos: "É uma proposta inaceitável, por ser discriminatória contra o trabalhador." Ele acrescenta que, se tentarem por em prática, certamente haverá reações contrárias de pessoas dotadas de maior senso crítico, como aconteceu no fim de 1980, quando houve a tentativa de se impedir a matrícula de crianças das favelas e filhas de empregadas na escola classe (escola pública) do lago Norte.

A prefeita Sílvia Seabra diz que o problema da escola está totalmente superado: "Agora está tudo em harmonia. As crianças mais carentes estão matriculadas, o que resultou num fato muito positivo. Elas estão ensinando aos demais colegas o contato com a terra, na horta que cultivam em comum."

Uma visita à escola, porém, leva à constatação de que a integração social ainda está a caminho. As séries do primeiro grau são divididas em turmas de acordo com o nível de aprendizagem do aluno. Desse modo, há classes com predominância de "crianças carentes" ao lado de salas freqüentadas exclusivamente por meninos que têm condições de apresentar melhor rendimento escolar. E a integração é mais difícil quando se estabelece horário diferenciado para o recreio das várias turmas.

MAS não é só dentro da escola que as favelas trazem preocupação à comunidade. Perto da entrada da Península existem duas delas, as favelas do Torto e da Varjão, com mais ou menos 100 famílias, no total. Algumas vezes são tratadas como foco de insegurança, pelos moradores, por se constituir "num antro de prostituição e de fome", na classificação da própria prefeita.

O que não impede que se venha lutando por sua urbanização — negada pelo Governo do Distrito Federal, argumento apresentado por Sílvia Seabra, que batalha pela instalação de creches e de linhas de transporte coletivo para as favelas situadas fora da Península: "Aquele gente tem direitos. Inclusive o de morar perto do trabalho. É de lá que vêm nossos jardineiros, pintores, domésticas e pedreiros." Argumento reforçado por outro líder do movimento: "Temos de nos preocupar com nosso exército industrial de reserva".

Mais controvérsias surgiram no decorrer da construção do centro de lazer que vai ser inaugurado dia 27 na entrada do bairro. A princípio, a comunidade apoiou o projeto por ele implicar a retirada de uma invasão com cerca de 10 barracos clandestinos que havia por lá. O apoio foi entretanto se arrefecendo à medida que iam surgindo os perfis das 14 churrasqueiras construídas ali. O próprio jornalzinho tomou posição contra elas, alegando que os moradores já dispunham desse tipo de lazer em suas casas. Na opinião de um morador, professor universitário, na realidade havia o medo de que o centro de lazer passasse a atrair a freqüência de moradores de outros bairros.

A prefeita Sílvia Seabra nega veementemente essa intenção: "Nada temos contra os farofeiros. Eles são bem melhores do que muita gente por aí..." Pelo sim e pelo não, a comunidade está sendo mobilizada para ocupação do novo centro de atrações, com feiras de artesanato, exposições de artes plásticas e até mesmo com algo que fere fundamentalmente o bucólico da Península tão duramente defendido: promoção de concertos de rock.



A prefeita Sílvia Seabra discute uma vez por semana com o conselho comunitário os problemas da Península, entre eles o da segurança